SINDILEX

Fique por Dentro

22 de agosto de 2023 | nº 56

Câmara Municipal de São Paulo decidiu por retornar a permanência da Função Gratificada

VEJA NESTA EDIÇÃO

- Andamento da Pauta de Reivindicações CMSP e TCMSP 2023
- Encontro técnico da Fenastc 2023 em Brasília
- Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social Pública

NOTÍCIAS DO SINDILEX

Sindilex conquista mais um item da pauta de reivindicações

Em Decisão de Mesa nº 5376/23, a Câmara Municipal de São Paulo decidiu por retornar a permanência da Função Gratificada (FG) para quem completar 5 anos de recebimento.

DECISÃO DE MESA Nº 5376/23

Memorando SGA nº 42/2023

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, considerando o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da ADI n° 5441 e a publicação da Decisão Administrativa relativa ao ETCM/015209/2021, exarada pelo E. Tribunal de Contas do Município de São Paulo (DOC de 14/07/2022, pág. 101), decide em caráter normativo acolher o Parecer PGL n° 007/2023 e por consequência também o Parecer ADM n° 056/2023, adotando integralmente seus fundamentos e determinando sejam tomadas as providências necessárias para sua imediata aplicação.

A CMSP retomou a permanência da FG embasado também na decisão do TCM. O Sindilex esteve envolvido na aprovação dessa nova orientação, dialogando com os setores de decisão da Câmara.

Andamento da Data Base 2023

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES ATENDIDAS

1. REAJUSTE SALARIAL

Câmara Municipal e TCM: o reajuste salarial de 5,60% foi concedido através das Leis 17.963/2023 (TCM) e 17.964/2023 (Câmara).

2. AUXÍLIO SAÚDE

Câmara Municipal e TCM: o auxílio saúde foi atualizado utilizando o fator 1,33 através do Ato da Mesa da Câmara nº. 1588/2023 e da Resolução TCM nº. 09/2023.

3. VALE REFEIÇÃO

Câmara Municipal: o valor de face atualizou para R$ 77,00, através da Decisão de Mesa da Câmara no. 5325/2023.

Tribunal de Contas: o valor foi atualizado para R$ 60,00, a partir de 1º de março de 2023, através da Resolução 14/2023.

4. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Câmara Municipal: o valor aos servidores da ativa foi atualizado para R$ 1.690,00, através do Ato de Mesa da Câmara no 1592/23.

Tribunal de Contas: o valor aos servidores da ativa foi atualizado para R$ 1.122,85, através da Resolução nº. 12/2023.

5. BENEFÍCIO COMPLEMENTAR NUTRICIONAL

Câmara Municipal: Benefício concedido aos servidores efetivos e celetistas aposentados no valor de R$ 992,00, através da Lei nº. 17.970/2023.

Tribunal de Contas: Tratativas em andamento.

6. TETO REMUNERATÓRIO

Através da Lei Municipal Nº. 17.969/2023, os servidores da prefeitura tiveram reajuste de 5%, a partir de maio/23. Esse reajuste também foi aplicado para o subsídio do prefeito, o qual passou a ser de R$ 37.235,10.

Conforme a Lei Federal nº. 14.520/2023, o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal passou a ser de R$ 41.650,92, a partir de 1º de abril de 2023. Assim, o limite para o subsídio do prefeito é de R$ 37.589,96.

Câmara Municipal: Outras Pautas Atendidas

6.1. Valorização da GLIEP dos auxiliares legislativos e celetistas.

6.2. Aplicação da decisão do TCMSP, tomada pelo Pleno do Tribunal por decisão unânime, publicada no DOC de 14 de

julho de 2022 (fl. 101), referente à permanência da Função Gratificada.

6.3. Regulamentação das práticas administrativas do teletrabalho, visando ao aperfeiçoamento do Ato 1495/2020.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PENDENTES

DESCONTO PREVIDENCIÁRIO APOSENTADOS

Câmara Municipal e TCM: Revogar o artigo da Emenda nº. 41 que alterou a base de cálculo do desconto previdenciário dos 14% sobre os proventos dos aposentados e pensionistas, conforme o aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Lei Complementar nº. 1380, de 04 de novembro de 2022, em que o desconto do servidor aposentado e pensionista no Estado de São Paulo voltou a incidir sobre o que ultrapasse o teto do INSS.

BENEFÍCIO COMPLEMENTAR NUTRICIONAL

TCM: Criar auxílio-alimentação através da lei específica para os servidores aposentados e pensionistas.

Acesse abaixo as Pautas do Data Base 2023:

Pauta - Reti_Ratificação Data Base 2023 - CMSP

Pauta - Reti_Ratificação Data Base 2023 - TCMSP

AGENDAS E EVENTOS IMPORTANTES

08 e 09/agosto

Imagem: reprodução

Presidente Daniel Santos e Vice-presidente Marcos Alcyr marcam presença no Encontro Técnico da FENASTC em Brasília

O Encontro Técnico da Fenastc foi realizado em Brasília nos dias 08 e 09 de agosto e teve como coordenador Amauri Perusso, presidente da Fenastc. O evento contou com a presença de servidores de Tribunais de Contas de diversos estados da Federação. Além do Presidente Daniel Santos e do Vice-presidente Marcos Alcyr, marcaram presença personalidades como José Gozze, presidente da Publica Central Sindical do Servidor, e o Conselheiro Edilson de Sousa Silva (TCE-RO), vice-presidente Executivo da Atricon, que estava representando o presidente Cezar Miola.

Imagem: reprodução

No dia 08 de agosto, as discussões aconteceram no Prédio Sede do Tribunal de Contas da União (TCU). O encontro foi marcado por debates centrados nos seguintes temas:

1. A atual situação dos Tribunais de Contas frente à crise no modelo de escolha de Ministros e Conselheiros;

2. Panorama nacional sobre servidores, abordando assuntos como concursos públicos, carreiras, promoções, recomposição anual de vencimentos, e condições e ambientes de trabalho;

3. Valorização e fortalecimento da independência da função de auditoria, destacando a importância da área técnica;

4. Estratégias para a reorganização e financiamento da estrutura confederativa do movimento sindical brasileiro;

5. Decisões sobre o local e a data para a realização do Congresso Ordinário da FENASTC de 2023, que contará com a eleição de sua Diretoria e Conselhos.

Imagem: reprodução

Imagem: reprodução

14/agosto

Reunião Diretoria Sindilex

Na segunda-feira, 14 de agosto, a Diretoria do Sindilex realizou sua reunião sob a coordenação do presidente, Daniel Santos. A reunião teve como principal pauta a discussão dos itens da Data base. Comentou-se sobre as pautas atendidas pelas administrações da Câmara e do TCM e foram debatidas ações para atendimento das questões pendentes, principalmente do auxílio nutrição complementar para aposentados do TCM. A revogação do confisco (PLO 01/23) e a questão do teto também foram temas tratados na reunião. Comentou-se, ainda, sobre o andamento dos concurso da Câmara e TCM.

16/agosto

Plantão no TCM

No dia 16 de agosto, o presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, conversou com autoridades e dialogou com servidores em diversos setores sobre o andamento da Data Base e outras demandas.

SINDICALISMO PELO BRASIL

Pública recebe parlamentares e entidades sindicais em comemoração ao seu 8° aniversário

Na manhã de quinta-feira, 10/08, a Pública comemorou seu 8º aniversário de existência na companhia de grandes nomes do Congresso Nacional, tais como Senador Paulo Paim e Deputada Federal Erika Kokay.

Foto: Senador Paulo Paim, Deputada Federal Erika Kokay e o presidente da Pública, José Gozze.

Desfrutando de um gostoso café da manhã, a Pública foi parabenizada por sua atuação, com destaque para os últimos quatro anos liderando manifestações em todo o país em prol das pautas mais importantes para os servidores públicos.

Leia a íntegra da matéria em:

https://publica.org.br/2023/08/10/publica-festeja-8-aniversario-em-sua-sede-em-brasilia

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL

TCMSP e TCMRJ promovem ciclo de palestras para debater reforma tributária e seus impactos nas cidades

Na quinta-feira próxima, 17/08, os Tribunais de Contas Municipais de São Paulo e do Rio de Janeiro irão debater a Reforma Tributária e suas consequências para as cidades, em particular quanto à execução do controle externo.

O ciclo de palestras acontece no Plenário do TCMSP, a partir das 14 horas e será transmitido pelo canal oficial no YouTube

Os interessados podem participar do encontro presencialmente, no plenário do TCMSP, ou de forma virtual. A transmissão será realizada pelo canal do TCMSP no YouTube. Os participantes terão um espaço reservado para formular perguntas e esclarecer dúvidas durante o evento.

Transmissão:

https://www.youtube.com/c/TVTCMSP

Saiba mais em:

https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/61258

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social Pública é relançada em Brasília

Imagem: reprodução

Na manhã de quarta-feira, 09 de agosto, foi relançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social no auditório Nereu Ramos em Brasília.

A Mesa dos Trabalhos contou com a participação do Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, do Senador Paulo Paim e, em determinados temas, compôs a Mesa o Presidente da Pública José Gozze.

Foram debatidos temas como:

1. A atual conjuntura da previdência social – Carlos Lupi, MPS;

2. Os impactos da reforma na aposentadoria dos trabalhadores: pensão por morte, aposentadoria especial e outros prejuízos - Diego Cherulli, IBDP;

3. A Reforma Tributária, a desoneração da folha e a previdência social - Mariel Lopes, DIEESE;

4. As mudanças para os servidores públicos, os principais prejudicados - Thais Riedel - UNICEUB;

5. O confisco sobre aposentadorias e pensões dos servidores, a luta pela PEC 555 e a possibilidade de contribuições extraordinárias nos RPPS – Vilson Romero.

Imagem: reprodução

O Vice-Presidente Marcos Alcyr e o Presidente Daniel Santos estiveram presentes em Brasília no evento de relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.

Leia a íntegra da matéria aqui

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Até quando vão repetir a mentira do "déficit" da Previdência?

Por Maria Lúcia Fatorelli

A Previdência Social é o principal instrumento de proteção social que existe no Brasil, garantindo a aposentadoria para trabalhadores e trabalhadoras que cumprem as regras vigentes, ou são acometidos por invalidez, garantindo ainda pensão por morte a familiares e distintos auxílios em caso de doença, acidente de trabalho, velhice, maternidade, morte ou reclusão.

Apesar de sua importância para quase 40 milhões de beneficiários em todo o país, os valores desses benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ainda são extremamente reduzidos e insuficientes, e todo esforço deveria estar sendo feito para avançar no sentido de ampliá-los.

Em vez disso, a Previdência Social tem sido alvo de sucessivos ataques, contrarreformas e até ameaças de privatização que visam submeter toda a classe trabalhadora aos interesses do mercado financeiro, em regimes de capitalização que já deram errado para as pessoas e para as contas públicas em todas as partes do mundo onde foram implantados, garantindo lucros exorbitantes somente aos bancos.

A principal justificativa para os constantes ataques à Previdência Social tem sido a repetição da mentira de que existiria um "déficit" em suas contas, dando a impressão de que seria insustentável manter os direitos conquistados e, por isso, seriam necessárias contrarreformas que reduzem, adiam ou suprimem

direitos, prejudicando a classe trabalhadora em sua fase mais crítica de vida, após anos de dedicação ao trabalho, construindo tudo que a sociedade tem acesso.

Mentira recorrente, o “déficit” na Previdência tem sido repetida por governantes, grande mídia, instituições financeiras interessadas em vender seus planos privados de capitalização etc., e até mesmo em publicações oficiais do Tesouro Nacional, a exemplo da recente divulgação de dados do primeiro semestre de 2023, onde se afirma que “no período de janeiro a junho de 2023, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 165,8 bilhões (a preços de jun/23)”.

A conta que fazem para chegar a esse falacioso “déficit” afronta o que determina a Constituição Federal!

O conjunto de benefícios garantidos pela Previdência Social, juntamente com demais ações das áreas de Assistência Social e Saúde, conformam a Seguridade Social, tratada no Capítulo II da Constituição Federal, artigos 194 a 204, onde está explicitamente registrada a manutenção financeira desse sistema por toda a sociedade, de tal forma que, além do próprio governo (com recursos do orçamento geral), todas as empresas, trabalhadores, demais segurados e consumidores de bens e serviços também pagam contribuições destinadas à manutenção da Seguridade Social.

Verificando-se os dados disponibilizados pelo governo, o cálculo do anunciado “déficit” foi obtido mediante a simples comparação entre a arrecadação própria do INSS no período de janeiro a junho/2023 (valor bruto de R$ 289,89 bilhões referente ao total arrecadado pela Previdência Social no período), menos o total de benefícios previdenciários pagos no mesmo período (R$ 440,23 bilhões), além de alguns ajustes (restituições, ressarcimentos, devoluções etc.), resultando em saldo negativo de R$ 164,98 bilhões.

Veja a matéria completa em:

https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2023/08/ate-quando-vao-repetir-a-mentira-do-deficit-da-previdencia/

Pochmann: “Arcabouço fiscal é essencial para Lula enfrentar herança golpista”

E Para economista Marcio Pochmann, com aprovação do novo arcabouço governo fica mais distante de sofrer pedidos de impeachment relacionados a problemas fiscais, que foram a base do golpe contra Dilma Rousseff

O novo arcabouço fiscal (Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/23, do Poder Executivo) vai ser votado nesta quarta-feira (24) na Câmara e, se aprovado, vai substituir o atual teto de gastos, aprovado no governo Temer, em 2016, após o golpe contra Dilma Rousseff. Na opinião do professor de economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marcio Pochmann, a aprovação das novas regras fiscais é essencial para o governo Lula enfrentar a herança golpista e ainda se livrar de uma espécie de parlamentarismo que se instalou no País. “Deputados e senadores se tornaram cada vez mais gestores públicos, responsáveis pelo orçamento. Não apenas por meio de emendas, mas também pelo controle dos gastos, estabelecido pelo teto de gastos.

Pochmann acredita que o texto apresentado pelo governo Lula reflete uma postura de não enfrentamento ao Legislativo, ao contrário do que fez Dilma em seu segundo mandato e de João Goulart. O economista ainda aposta num crescimento maior do Brasil apenas em 2024 e relembra como foram os anos de 2002 e de 2003, primeiro ano de governo Lula. Pochmann ainda comenta a influência da alta taxa de juros do Banco Central para a economia.

Qual é a sua opinião sobre a votação novo arcabouço fiscal?

Esta semana é bastante interessante no âmbito legislativo porque há vários temas em pauta, inclusive diversas medidas provisórias que vencem agora em maio, as quais foram adotadas no início do governo. Isso é preocupante, pois se essas medidas provisórias não forem votadas, perdem validade. Isso inclui a montagem do poder executivo atual, os ministérios e as decisões tributárias, entre outros.

Mas, em relação às novas regras do arcabouço fiscal, parece que está relativamente acordado devido à atuação do presidente Lula e sua equipe junto ao parlamento. Certamente, essa é a primeira grande decisão importante para o governo. Tivemos poucas votações, o parlamento parecia estar parado devido a questões internas e disputas, mas agora temos a chance de avaliar até que ponto o governo e o presidente Lula têm influência, pelo menos em questões mais específicas como essa que teremos nesta semana, com destaque para o tema do arcabouço. Parece que como a urgência foi aprovada, na semana passada, teremos uma margem considerável para o governo. Então, parece que temos condições de aprovar isso nesta semana.

Quais as consequências para o país da aprovação do arcabouço? Quais as consequências para a economia do país?

Tenho me preocupado em abordar não apenas a economia, mas também aspectos relacionados à economia política. Entendo que esse tem sido o tom do presidente Lula, colocando a economia subordinada à política, desde a campanha passada. O tema da economia, que era preponderante antes, perdeu o sentido em relação aos aspectos de condução e articulação política. Nesse sentido, considero muito importante a aprovação dessas regras fiscais por um aspecto decisivo no enfrentamento da herança golpista que o presidente Lula assumiu. Portanto, além das consequências econômicas, é essencial entender que essa aprovação tem um papel fundamental no contexto político atual.

Vamos lembrar que em 2016 tivemos três medidas que estão sendo questionadas pelo governo atual. Uma delas, relacionada à privatização da Petrobrás, já está encaminhada. A nova diretoria e a política de preços para os combustíveis apontam para uma direção diferente do que vinha sendo feito. Há muito a fazer no campo do petróleo e gás, mas desde o início do governo, podemos perceber uma mudança em relação ao período pós-golpe de 2016.

Outro aspecto é a lei do teto, aprovada em 2016. Essa lei não foi cumprida, tanto no governo Temer quanto no governo Bolsonaro. No entanto, o ponto fundamental é que essa lei, na minha opinião, funcionava como um parlamentarismo sem partidos. Ou seja, saímos do presidencialismo de

coalizão que marcou a Nova República para um período em que o poder parlamentar se tornou maior do que o poder do Executivo. Isso representou uma transformação profunda no papel do Legislativo, com deputados e senadores se tornando cada vez mais gestores públicos, responsáveis pelo Orçamento.

Acredito que o presidente Lula está fazendo um movimento importante para se desvencilhar desse parlamentarismo sem partidos, considerando a quantidade de partidos que temos e a falta de uma base ideológica programática. No ano passado, foi aprovada uma emenda constitucional de transição que recompôs o orçamento para 2023, deixando de fora a proposta do governo anterior de reduzir o orçamento em R$ 150 bilhões em comparação a 2022. Isso já sinalizava uma contração econômica no país. Além disso, a lei do teto de gastos precisa ser regulamentada em uma lei ordinária.

Se isso for aprovado, acredito que o governo fica mais distante de sofrer pedidos de impeachment relacionados a problemas fiscais, que foram a base do impeachment da presidente Dilma. Isso tem importância política. No entanto, é importante ressaltar que ainda não sabemos como será aprovado, já que o relator apresentou um substitutivo. Mas, na minha opinião, o que o governo enviou ao parlamento é melhor do que o teto de gastos, mesmo que continuemos tendo um limite para os gastos. Isso não resolverá o problema da falta de crescimento do país nos últimos dez anos

Leia o restante da matéria clicando em":

https://revistaforum.com.br/economia/2023/5/22/pochmann-arcabouo-fiscal-essencial-para-lula-enfrentar-herana-golpista-136329.html

---

Confira a entrevista na íntegra concedida aos jornalistas Dri Delorenzo, Cynara Menezes e Renato Rovai no programa Fórum Onze e Meia exibido no canal da Revista Fórum no YouTube.

ANDAMENTOS DE AÇÕES JUDICIAIS

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria. Veja a seguir o resumo e acompanhe o trâmite atualizado em: https://www.sindilex.org.br/juridico/

Ousar lutar, ousar vencer.

SINDILEX
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

(11) 3104.1023 (11) 99607.9578
sindilex@sindilex.org.br